

Disfunção entre política e conhecimento escolar

Os contratos de autonomia vieram despoletar um confronto de ideias e de conhecimentos sobre autonomia entre os principais intervenientes do processo, os técnicos das DRE e as direcções das escolas. No lado do ME o conhecimento predominante é de carácter jurídico, enquanto o das escolas se baseia na experiência prática. Facilmente se compreende que as suas finalidades são diferentes, e a diferença entre conhecimentos acabou por ser resolvida, não em função de critérios de racionalidade, mas sim em função de critérios de autoridade.

In Ferreira, J. (2012). O Impacto do Contrato de Autonomia através das percepções dos actores educativos: O Caso da Escola-Piloto ES/3 João Gonçalves Zarco, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação – Administração Escolar na Universidade Lusófona do Porto.